

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

O funcionamento da justiça militar no Brasil

SOBRE O AUTOR

Alcionir Urcino Aires Ferreira é Bacharel em Direito e em Economia pela Universidade Católica de Brasília, especialista em Direito Penal e Direito Militar. É Subtenente do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Foi instrutor de Direito e Legislação no Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. É membro fundador da Associação dos Militares Bacharéis em Direito (AMBD) e do Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil (FONAP). Possui artigos publicados em outros meios eletrônicos e Revista Consulex.

INTRODUÇÃO

Não muito raro, o tema Justiça Militar é tratado de forma controvertida, levando, não somente o operador, mas o próprio jurisdicionado, a equívocos. A Justiça Militar, braço do Poder Judiciário Brasileiro, é um ramo do direito espinhoso de se abordar, sendo olvidado ou, até mesmo, negligenciado, pelas instituições de ensino jurídico. Poucos, no Brasil, dominam o tema de forma ampla.

A justiça militar brasileira contém suas peculiaridades e por ser uma justiça especializada, assim como a justiça eleitoral ou a trabalhista, traz características próprias, com ritos e formas diferenciadas. A atuação da justiça, de modo geral, sofre algumas limitações determinadas pelo que se chama de jurisdição e competência. Na justiça castrense não poderia ser diferente, conforme se verá.

Embora se confundam em alguns aspectos, os termos jurisdição e competência diferenciam-se. Um designa o poder atribuído ao Estado para solução

dos conflitos (jurisdição) e o outro o espaço físico, a delimitação para aplicação desse poder.

Por esses motivos, propõe-se no presente trabalho a abordar o tema jurisdição e competência da justiça militar, buscando-se, de forma breve, porém clara, o seu significado e funcionamento, facilitando o entendimento aos operadores do direito e aos diversos leitores da área, interessados no tema.

JURISDIÇÃO

O termo jurisdição deriva do latim *jurisdictio*, que significa dizer (*dictio*) o direito (*juris*). É o poder atribuído ao Estado para aplicar o direito ao caso concreto por meio do Poder Judiciário. Assim, a jurisdição é indeclinável, posto que o Estado não pode se abster de resolver os litígios que lhe forem apresentados. Também não poderá delegar tal função a outro que não a possua, exceto nas situações constitucionalmente previstas como, por exemplo, no caso do Senado com a competência de processar e julgar algumas autoridades, nos crimes de responsabilidade (relacionados ao exercício do cargo e/ou da função).

JURISDIÇÃO MILITAR

Trazendo o conceito para a seara militar, pode-se afirmar que a justiça toma um contorno bastante específico, sendo denominada de justiça especializada ou especial, tal qual se denomina a justiça do trabalho e a eleitoral. É um ramo do direito que visa apenas os integrantes das Forças Armadas e das Forças Auxiliares, bem como, os civis que cometam crimes contra elas (este somente no âmbito das Forças Armadas).

A Justiça Militar, dentro de suas atribuições, se divide em Justiça Militar da União e Justiça Militar Estadual e do Distrito Federal. À primeira compete processar e julgar os integrantes das Forças Armadas e os civis que praticarem crimes contra essas forças.

À Justiça Militar Estadual compete processar e julgar os crimes praticados por policiais e bombeiros militares da respectiva Unidade da Federação. A

Auditoria Militar compõe o Tribunal de Justiça. Necessário evidenciar, neste ponto, que, embora esteja sob o crivo do Código de Processo Penal Militar, por força de disposição constitucional, diferentemente da Justiça Militar da União, a Justiça Militar Estadual e do Distrito Federal não julga civis que venham a cometer crimes dessa natureza. Caso venha a cometer crimes contra a Administração Militar dos Estados ou do Distrito Federal, será o civil processado e julgado pela justiça comum.

Comporta lembrar ainda que, nos termos do artigo 125, § 3º, sendo o efetivo superior a vinte mil militares, poderá ser criado nessa unidade federativa (Estado ou Distrito Federal) um tribunal de justiça militar (TJM), conforme se confere no dispositivo:

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

(...)

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

Enquanto não for efetivada a criação do Tribunal de Justiça Militar, a Auditoria Militar, juntamente com os conselhos (especiais e permanentes) funcionarão como Justiça Militar de primeiro grau (primeira instância) dos Estados e do Distrito Federal e o respectivo TJ funcionará como segundo grau (segunda instância).

COMPETÊNCIA

Entende-se por competência, a medida da jurisdição. Nos dizeres de NUCCI “Trata-se da delimitação da jurisdição, ou seja, o espaço dentro do qual pode determinada autoridade judiciária aplicar o direito aos litígios que lhe forem

apresentados, compondo-os”¹. Competência, portanto, pode ser melhor compreendida como sendo o espaço físico abrangido por determinado ramo do direito, comum ou especial, ou seja, pela jurisdição.

Como se observa, o conceito de competência está intimamente ligado ao de jurisdição, pois aquela deve estar sempre acompanhada desta, delimitando o campo de atuação do Estado-Juiz.

A competência pode ser definida, de forma sintética, em três espécies:

a) em razão da matéria (*ratione materiae*): ou seja, em razão de fato praticado. Em um crime doloso contra a vida, por exemplo, a competência para processar e julgar é do tribunal do júri. Nos crimes militares, previstos na legislação penal específica, a competência será da justiça militar, federal ou estadual, conforme seja o militar da União ou do Estado.

b) em razão da pessoa (*ratione personae*): em razão da função ou do cargo que ocupa, algumas pessoas detêm a chamada prerrogativa de função ou de foro, como é o caso do Presidente da República que, nos crimes comuns, somente poderá ser processado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ou no Senado, nos crimes de responsabilidade.

c) em razão do lugar (*ratione loci*): definição da competência em razão do lugar em que o crime foi praticado. Por exemplo, tendo o fato sido cometido na Ceilândia, Região Administrativa do Distrito Federal, a competência para processar e julgar a causa será do fórum daquele lugar.

Outros critérios também poderão definir a competência da Justiça Militar, tais como a prevenção (juiz preventivo), a residência do acusado, a distribuição, conexão e continência, etc., mas que poderão ser abrangidos pelas três formas acima definidas.

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

¹ NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 3. Ed. ver., atual. e ampl. 2. tir. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, pag. 225.

Conforme supra assinalado, a Justiça Castrense é uma justiça especializada posto que está direcionada aos membros das Forças Militares, Armadas e/ou Auxiliares, mas que também compõe o sistema judiciário nacional.

A competência da Justiça Militar tem previsão constitucional, em seu Artigo 124, discorrendo que “À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei”. Ainda na Carta Magna, em seu Artigo 125, § 4º, preconiza que:

Compete a Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

Em tempo de paz, nos termos do artigo 9º do Código Penal Militar (CPM), compete processar e julgar os crimes militares, ou contra administração militar, estando a ela sujeitos as seguinte pessoas:

- a) os militares em situação de atividade;
- b) os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo;
- c) os reservistas, quando convocados e mobilizados, em manobras, ou no desempenho de funções militares;
- d) os oficiais e praças das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, quando incorporados às Forças Armadas/Auxiliares;
- e) os militares da reserva remunerada e os reformados que cometam crimes militares definidos em lei;
- f) os civis que cometam crimes militares definidos em lei. Neste, abre-se um parêntese: somente na justiça militar da união os civis poderão ser julgados por crimes militares, não na justiça militar estadual. Assim, caso um civil cometa um crime contra a administração militar estadual, a competência para processar e julgar será da justiça comum estadual².

² Cf. GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Direito processual penal militar. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007, p. 94.

Deve-se evidenciar, portanto que, nos crimes dolosos contra a vida, praticados por militares contra civil, serão de competência da justiça comum o seu respectivo processo e julgamento.

Acrescenta-se que, caso um militar de uma das Forças Militares dos Estados ou do Distrito Federal venha a praticar crime em coautoria ou participação com um militar da União, a competência será desta justiça (União), por ser especial em relação à justiça militar dos Estados e do DF.

Nos Estados em que não hajam Tribunal de Justiça Militar, os militares que pratiquem crimes dessa natureza serão processados e julgados pela Auditoria Militar, essa que conforme já se disse, compõe o respectivo Tribunal de Justiça. Caso haja recurso das decisões da Auditoria, será, portanto da competência deste tribunal o respectivo julgamento.

Portanto, para identificar a competência da Justiça Militar, passa-se pelos seguintes questionamentos:

- a) Se é crime militar;
- b) Se é crime militar estadual ou federal;
- c) Se crime militar estadual, a competência é do Juiz-Auditor ou dos Conselhos (especial ou permanente conforme seja o militar oficial ou praça, respectivamente)
- d) Se federal, qual conselho ou órgão jurisdicional; e
- e) Finalmente, o lugar onde ocorreu o crime³.

Comporta acrescentar que, nos crimes militares praticados por militares dos Estados ou do Distrito Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça, não ao Superior Tribunal Militar (STM), processar e julgar, além das causas originárias previamente definidas, aquelas decorrentes de recursos especiais da Justiça Militar estadual, funcionando como instância especial da Justiça Militar.

Ainda, nos processos com tema constitucional poderão alcançar a corte máxima da justiça brasileira, ou seja, o Supremo Tribunal Federal, por meio dos recursos extraordinários, nas questões originárias decorrentes de prerrogativa de foro ou de função como previsão constitucional ou legal.

³ Cf. GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Direito processual penal militar. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007, p. 93.

Também, convém lembrar que, não se aplica, nos crimes militares, a Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), em que pese já haver projetos de lei para mudança dessa situação tramitando no Congresso Nacional.

CONCLUSÃO

Falar sobre jurisdição e competência militar, assim como muitos outros assuntos da seara jurídica nem sempre é fácil e confortável, mas é importante que venha à tona, que seja discutido e descortinado. A justiça militar carrega suas conotações próprias, o que a torna especial, atraindo para si os crimes dessa natureza.

Conhecer a própria legislação é necessário para que o militar possa, não somente utilizar os instrumentos disponíveis a sua defesa mas, conhecer os direitos e deveres que lhe são inerentes.

Não se esgota a matéria ora abordada posto ser de poucos estudos. O que se busca é a abertura do debate de modo a alertar os interessados sobre o assunto. De qualquer forma, lança-se a lebre para que outros se especializem ou queiram conhecer a temática pouco abordada.

BIBLIOGRAFIA

Brasil. Constituição Federal de 1998.

Brasil. Código Penal Militar. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

Brasil. Código de Processo Penal Militar. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969.

GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Direito processual penal militar. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007, p. 94.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 128.